



Misericórdia
Palmela



Relatório de Actividades e
Contas de Gerência
2018



Misericórdia
Palmela

Nos termos do Compromisso, a Mesa Administrativa submete à vossa apreciação, discussão e votação o presente Relatório de Actividade e Contas de Gerência de 2018, o qual, em conformidade com o mesmo Compromisso, incorpora o Parecer do Concelho Fiscal, sendo ainda acompanhado pelo Relatório de Auditoria, elaborado pelo Revisor Oficial de Contas.

Com esse relatório e contas, pretende-se colocar à disposição da Irmandade, toda a informação que permita a correcta avaliação do desempenho da Santa Casa da Misericórdia de Palmela, durante o ano de 2018.

O ano de 2018 constituiu mais uma etapa no percurso de 489 anos de vida da Instituição, tendo todas as suas valências prosseguido as suas actividades, acções e iniciativas, com maior ou menor impacto, com maior ou menor visibilidade, numa perspectiva de responder aos problemas sociais.

No mês de Dezembro do ano de 2018, realizaram-se eleições para os Corpos Sociais da Instituição, cujo mandato decorrerá no quadriénio de 2019 – 2022. Tendo os novos Corpos Sociais tomado posse em Janeiro de 2019, cabe, conforme determinado no Compromisso da Instituição, à Mesa Administrativa eleita, a elaboração e apresentação do Relatório de Actividades e Contas de Gerência do ano anterior.

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Palmela, agradece a todos quantos, durante o ano de 2018, colaboraram com a Instituição, em especial aos nossos irmãos, órgãos sociais, entidades e organismos parceiros e trabalhadores

Palmela, 25 de Março de 2019.



Misericórdia
Palmela

Lista dos Corpos Sociais eleitos para o quadriénio 2015/2018

Assembleia Geral

Presidente	Prof. Dr. Alberto Manuel Trovão do Rosário
Secretário	José Rodrigues Ferreira
Secretário	Ulisses Caetano Oliveira Machado
Suplente	José Manuel da Silva Machado
Suplente	Fernando Camolas Rodrigues
Suplente	Filipe Oliveira Maçarico Cardoso

Conselho Fiscal

Presidente	Fernando Manuel Ferreira Martins
Secretário	Sérgio Coelho Pavão
Relator	Lúcio da Costa Calha
Suplente	Adérito Carvalho Simões Gonçalves
Suplente	Laurentino Verdi Oliveira Cordeiro
Suplente	Manuel Valente Silva Madaleno

Mesa Administrativa

Provedor	Francisco Manuel Gonçalves Cardoso
Vice-Provedor	Ricardo Maçarico Pereira
Secretário	Maria João Marques Oliveira
Tesoureira	Maria Filomena Teixeira Gomes Cardoso
Vogal	Carlos Alberto Silva Caçoete
Vogal	Altino Marques Rodrigues Bernardes
Vogal	Artur José Santos Marques
Suplente	Elviro José Chula
Suplente	Manuel António Farias Pica
Suplente	Firmino Manuel Coelho Nunes
Suplente	Guilherme Alberto Gomes Cordeiro



Misericórdia

Palmela

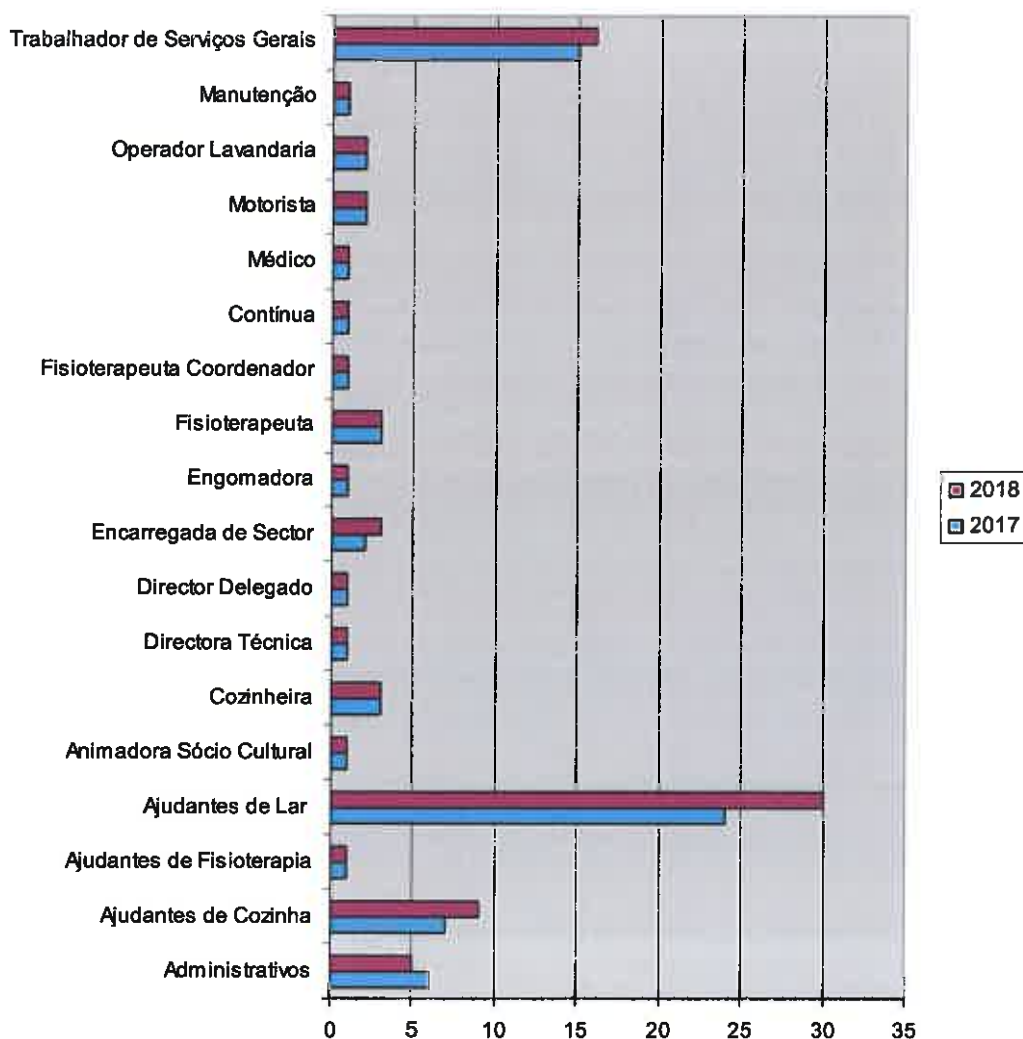
1 – Irmandade

A Instituição Santa Casa da Misericórdia de Palmela, tinha em 31 de Dezembro de 2018 237 Irmãos activos.

2 – Recursos Humanos

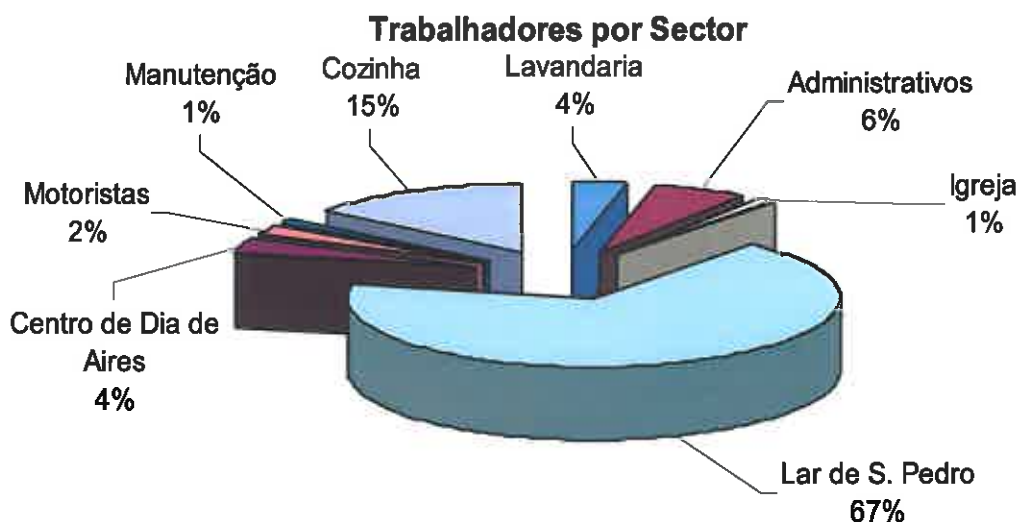
Para assegurar o normal desenvolvimento das valências desta Instituição desempenharam funções, durante os anos de 2017 e 2018, os trabalhadores discriminados nos gráficos que se seguem, por categorias e por afectação a cada resposta Social. Os dados reportam-se a 31 de Dezembro de cada ano.

Trabalhadores por categoria profissional





Misericórdia
Palmela



No ano de 2018, foram admitidos 20 novos trabalhadores, tendo saído, por termo de contrato ou passagem à reforma, 11 trabalhadores. No final do ano, a Instituição contava com 82 funcionários no quadro de pessoal. Este aumento de 9 trabalhadores em relação ao mesmo período de 2017, deveu-se, sobretudo, à necessidade de reforçar as equipas de Ajudantes de Lar que fazem o apoio aos turnos, já que foi verificado um aumento da dependência dos utentes.

Durante o ano, continuaram a ser realizadas as acções de formação no âmbito da implementação de HACCP, abrangendo 14 funcionários.

Durante o ano de 2018, no âmbito de um protocolo celebrado com a União das Misericórdias Portuguesas, foi realizada uma acção de formação no âmbito de Ética e Deontologia Profissional destinada a todos os trabalhadores da Instituição integrados do nível IV. Esta acção abrangeu 54 trabalhadores.

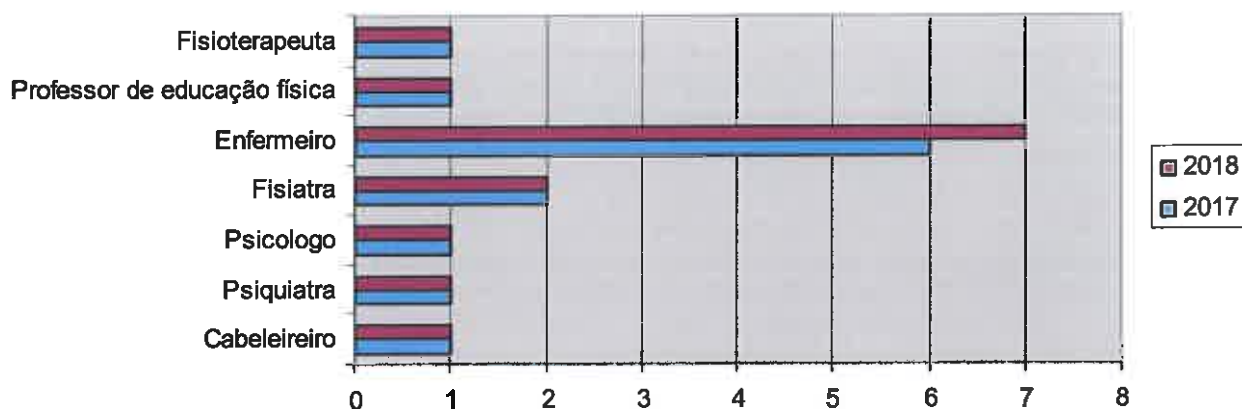
Numa parceria estabelecida com o Instituto Leopoldo Guimarães, foram realizadas cinco acções de formação certificadas, destinadas essencialmente às Ajudantes de Lar, sobre os temas “abordagem geral de noções básicas de primeiros socorros”, “Higiene do Idoso”, “Autonomia, independência e funcionalidade do Idoso”, “Cuidados na saúde mental” e “Trabalho em equipa no contexto da prestação de cuidados pessoais e à comunidade”.

As 4 trabalhadoras com a categoria de Fisioterapeuta frequentaram uma acção de formação em electropuntura, facultada pela Bwizer.

Em regime de prestação de serviços, haviam, no final do ano, os seguintes colaboradores, discriminados no gráfico abaixo.



Prestadores de Serviço



O Professor de Educação Física surge no seguimento do protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Palmela, no âmbito do programa “Viver Melhor, Viver com Autonomia”, no qual esta entidade comparticipa com 50% do custo dos honorários mensais do mesmo.

3 – Património

3.1 - Edifício Sede

Decorre desde o ano de 2011, o processo de obtenção da licença de utilização das instalações do Edifício Sede, onde funcionam o Lar de S. Pedro, o Centro de Medicina Física e de Reabilitação e os Serviços Administrativos. No ano de 2018, foram realizadas várias reuniões com a participação do arquitecto e elementos da Unidade Técnica de Arquitectura do Centro Distrital de Setúbal da Segurança Social, com o objectivo de chegar a um acordo sobre o projecto final de arquitectura, que compreende um aumento da capacidade instalada de utentes para o Lar de S. Pedro e acabar, conforme exigido no parecer da Segurança Social sobre a proposta anterior, com os quartos de quatro camas.

Foram efectuados trabalhos de reparação, conservação e pintura nos sete quartos da ala de quartos de casal do Lar de S. Pedro.

Foi efectuada a remodelação de uma das instalações sanitárias comuns situada no piso 1 do Lar de S. Pedro.

Foram ainda efectuados diversos trabalhos de pintura e conservação em algumas zonas do Lar.

3.2 – Centro de Dia de Aires

O Centro de Dia de Aires funciona num imóvel arrendado. Durante o ano de 2018, foram efectuadas pequenas reparações na sala de convívio e no refeitório.

3.3 – Antigo Hospital de N. Sr.^a da Conceição



Misericórdia

Palmela

Este edifício encontra-se arrendado à Câmara Municipal de Palmela. Durante o ano de 2018, e por solicitação daquela entidade, foram efectuados trabalhos de reparação da placa, e algumas reparações no interior, por motivo de infiltrações.

3.4 – Prédio da Praça da Alegria, em Lisboa

Foi arrendada a loja com entrada pelo número 33 da Praça da Alegria, à empresa Alegriaraide, Unipessoal, Lda. tendo o contrato de arrendamento entrado em vigor no dia 1 de Maio de 2018. O contrato terá a duração de 3 anos, renovável.

Foram arrendados o primeiro piso e sobreloja e o quarto andar direito à empresa Lídia, Marques, Ferreira & Dias, Lda. Este contrato teve início em 1 de Agosto de 2018 e terá a duração de 15 anos. Como esta empresa já era arrendatária do segundo andar, terceiro andar e do quarto andar direito, foram ainda revistos os contratos existentes para estas fracções, tendo sido actualizados os valores das rendas que estavam sendo praticados.

3.5 – Quinta dos Marmelinhos.

Relativamente a este imóvel, informa-se o seguinte:

- No âmbito do processo de venda da Quinta dos Marmelinhos, realizou-se no dia 04/03/2005, a abertura das propostas, tendo o imóvel sido adjudicado à empresa Tijoimo, Compra e Venda de Imóveis S.A., pelo valor de 1.061.000 €. Na data foi entregue pela adjudicatária, conforme definido no concurso público de venda, um sinal no valor correspondente a 30% do valor de adjudicação.
- No dia 28/03/2005, em Assembleia Geral Ordinária da Santa Casa, foram levantadas, pelo Conselho Fiscal da Instituição algumas questões, alegando que houve diversas ilegalidades na data de abertura das propostas, devendo por isso, o concurso público de venda ser anulado. Na sequência das alegações efectuadas pelo Conselho Fiscal, e depois do processo ter sido analisado por um advogado nomeado pela Assembleia Geral, foi deliberado pela Assembleia Geral proceder à anulação do concurso público.
- A empresa Tijoimo, Compra e Venda de Imóveis, Lda., instaurou um processo judicial contra a Instituição, por quebra do acordo de promessa de compra e venda, pedindo a devolução do sinal em dobro
- Dada a forte probabilidade de se perder o processo judicial, em 18-09-2009, foi efectuado um acordo extra-judicial nos termos do qual a Instituição assumiu o pagamento de duzentos mil euros no prazo de três anos a contar dessa data ou em momento anterior caso a Instituição procedesse à venda da Quinta dos Marmelinhos penhorado no âmbito desta execução
- No ano de 2013, como até à data a Instituição ainda não tinha liquidado a dívida, nem vendido a Quinta, acordou efectuar pagamento mensais, tendo a empresa cancelado os mesmos em 2014, reabrindo o processo judicial por falta de pagamento, solicitando penhora da Quinta.
- Em Março de 2017, realizou-se o leilão da Quinta dos Marmelinhos, tendo a Instituição participado no leilão, efectuando a licitação mais elevada, no valor de 326.500,00 €.
- Procurou-se, junto de várias entidades bancárias, um financiamento para efectuar o pagamento. Apenas a Caixa Geral de Depósitos e o Montepio Geral mostraram-se disponíveis para realizar o financiamento. Por ter sido a proposta mais



Misericórdia

Palmela

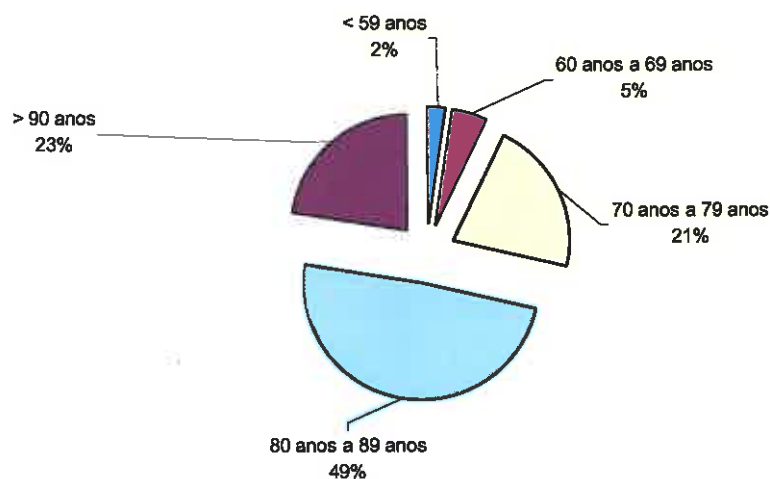
favorável, optou-se pelo Montepio Geral que, depois de várias tentativas, acabou por não aprovar o empréstimo. No entanto, passaram vários meses com as tentativas de aprovação do financiamento junto do Montepio Geral, pelo que se procurou o financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos. No entanto, quando a Mesa Administrativa recebeu a carta de aprovação da Caixa Geral de Depósitos, já o Tribunal tinha ordenado entregar o imóvel ao licitante com a segunda oferta mais elevada, ficando a Instituição sem o imóvel.

4 – Valências

4.1 – Lar de S. Pedro

Em 31 de Dezembro de 2018, residiam no Lar de S. Pedro 84 utentes, vinte e um do sexo masculino e 63 do sexo feminino. Foram admitidos durante o ano, trinta e um utentes, tendo saído, por morte ou desistência, também trinta e um utentes.

Distribuição de utentes por idade



Cada vez mais, os idosos são admitidos no Lar de S. Pedro em piores condições de saúde, o que obriga a que necessitem de mais cuidados por parte dos serviços.

Foi instalados nas salas do Lar de S. Pedro, no ano de 2018, dois aparelhos de ar condicionado, para melhorar o bem estar dos utentes.

Procedeu-se à aquisição de alguns roupeiros, nos quartos dos utentes.

Efectuou-se a remodelação de uma instalação sanitária na ala feminina do Lar

Foram instaladas novas câmaras de vigilância, no interior das instalações.



Misericórdia

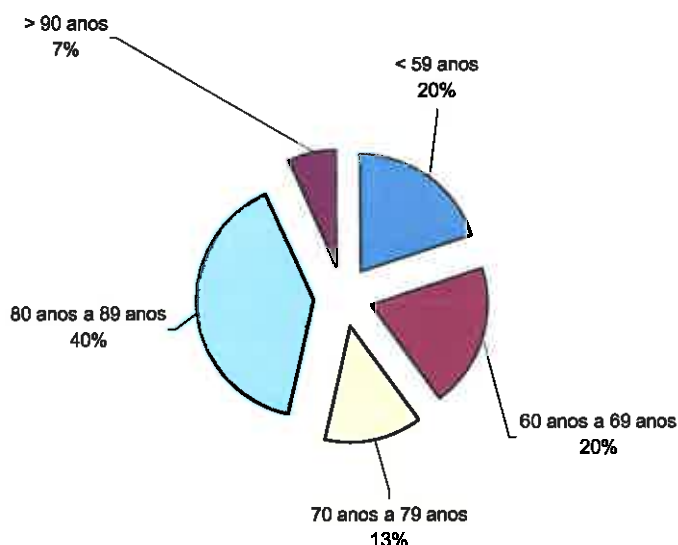
Palmela

4.2 – Centro de Dia de Aires

Frequentavam o Centro de dia de Aires 15 utentes, no final do ano de 2018. Foram admitidos durante o ano sete utentes, tendo saído por desistência ou integração em Lar, também sete utentes.

Durante o ano de 2018, o Centro de Dia de Aires não conseguiu ter a sua capacidade completa, por motivo de ausência de lista de espera.

Distribuição de utentes por idade



No Centro de Dia de Aires, foi instalado no ano de 2018, um aparelho de ar condicionado.

4.3 – Centro de Medicina Física e de Reabilitação

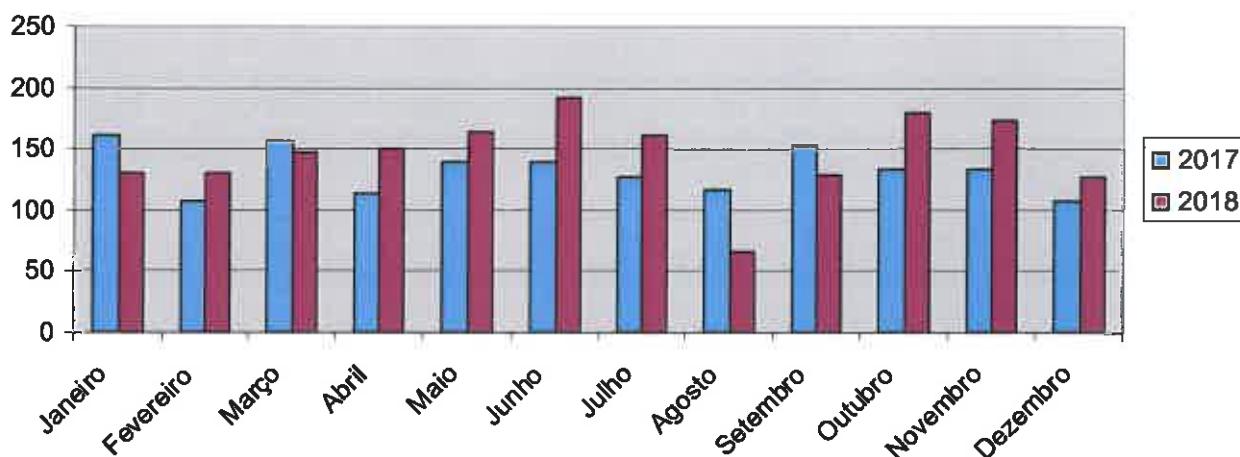
No final de Dezembro de 2018, o corpo clínico do Centro era composto por dois médicos fisiatras, uma fisioterapeuta coordenadora, quatro fisioterapeutas, uma terapeuta da fala e uma técnica de Fisioterapia. A terapeuta da fala iniciou funções no mês de Novembro.

Durante o ano de 2018, foram realizadas no Centro de Medicina Física e de Reabilitação, um total de 1.749 consultas de fisioterapia, o que traduziu um aumento de 10% em relação ao ano anterior.



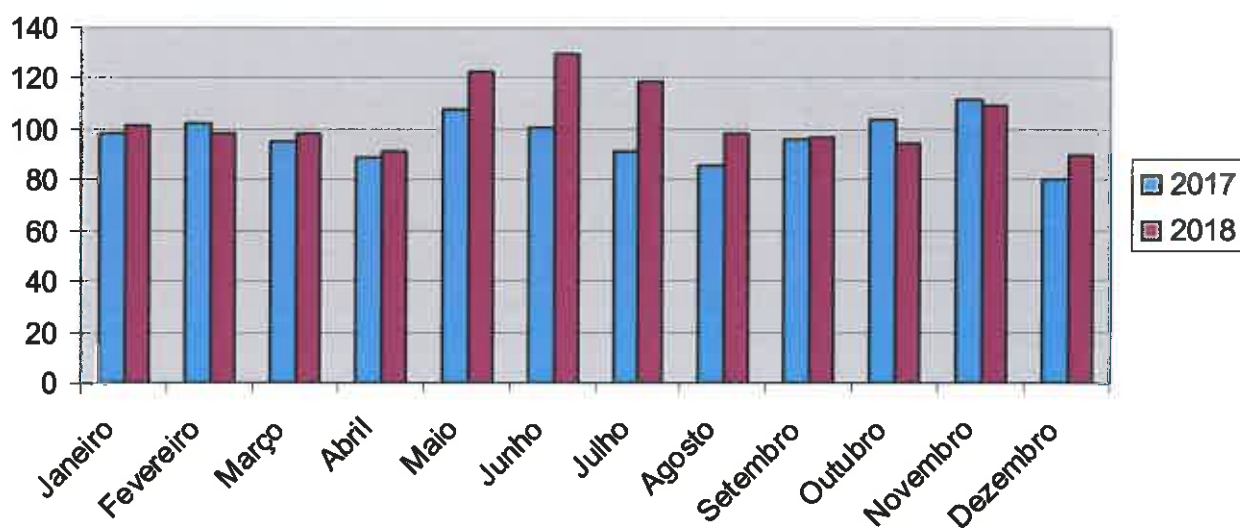
Misericórdia
Palmela

Consultas realizadas 2017/2018



Durante o ano de 2018, registou-se uma média diária de 104 utentes em tratamento, subindo cerca de 7% face ao ano de 2017, onde se verificou uma média diária de 97.

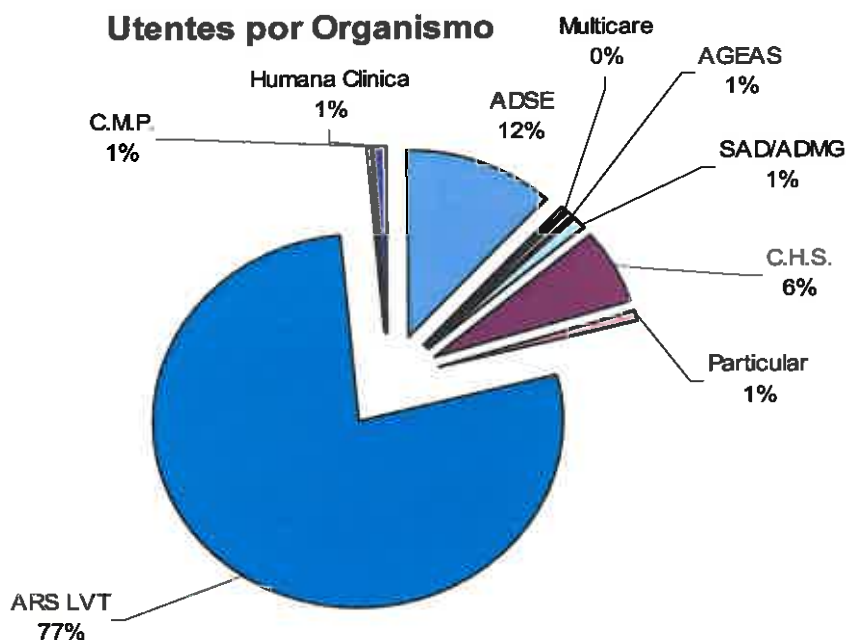
Média Diária de utentes em tratamento 2017/2018



Relativamente ao subsistema utilizado pelos utentes, continua a predominar os provenientes da ARS LVT. A percentagem total destes voltou a aumentar cerca de 4% em relação ao ano anterior, para cerca de 77 %.



Misericórdia
Palmela



Foi adquirido, para a valência, um aparelhos de ondas de choque.

4.4 – Cantina Social

No âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais, para o Programa de Emergência Alimentar, a Santa Casa da Misericórdia de Palmela celebrou um Protocolo de Cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal, para o fornecimento de refeições às pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

As revisões sucessivas do Protocolo de Emergência Alimentar, verificadas desde Julho de 2017, em virtude da criação do Programa Ocupacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, têm vindo a reduzir gradualmente o número de refeições fornecidas, passando das 62 refeições protocoladas em Janeiro para apenas 37 refeições diárias, fornecidas em Dezembro de 2018.

4.5 Actividades realizadas com os utentes

Durante o ano de 2018, a área de Animação Sociocultural desenvolveu diversas actividades, de âmbitos diversificados, que pretendem dar resposta às necessidades apresentadas pelos utentes.

Semanalmente, com interrupção nos meses de Julho e Agosto, são realizadas aulas de educação física com os utentes do Lar de S. Pedro e Centro de Dia de Aires, dois dias por semana. Promoveram-se saídas semanais com os utentes.



Misericórdia

Palmela

Tivemos uma participação activa dos utentes em actividades realizadas na Instituição, tais como a festa de Carnaval, com a elaboração dos fatos, a comemoração da Páscoa, a festa de S. Pedro, com a participação dos utentes na marcha, realizada no Lar de S. Pedro. Os utentes participaram ainda na organização da festa de S. Martinho e na Festa de Natal. Foram realizadas duas sessões de esclarecimento por parte da Câmara Municipal de Palmela, no Centro de Dia de Aires, sobre os temas “Saúde e Bem Estar”, “Lar Doce Lar, Serviços de Apoio” e “Serviços Financeiros”.

Como actividades extra institucionais, os utentes assistiram a espectáculos musicais na Igreja da Misericórdia e no Cineteatro S. João, assistiram ao colóquio “Respostas Sociais para Idosos: Os Desafios da Saúde Mental”, na Biblioteca Municipal de Palmela, realizaram um piquenique com todas as IPSS do concelho no Parque de Campismo do Pinhal Novo para além de piqueniques na Casa de Oração Santa Rafaela Maria, em Palmela. Estiveram presentes na II Peregrinação das Misericórdias Portuguesas ao Santuário de Fátima. Alguns utentes participaram ainda na Procissão do Senhor dos Passos.

Os utentes do Lar de S. Pedro e Centro de Dia de Aires, durante os meses de Julho, Agosto e Setembro foram à praia durante as manhãs; Visitaram o Castelo de Palmela.

Ainda nas actividades efectuadas com os utentes das nossas valências, foi efectuada uma visita a Fátima, como é habitual todos os anos; a Marcha da Santa Casa participou no desfile de Marchas realizado no Largo de S. João; participaram no Mercado da Cidadania Sénior, no Pinhal Novo, enquadrado nas comemorações do Dia do Idoso; participaram num espectáculo de Variedades das IPSS do Concelho de Palmela .

Os utentes assistiram a um jogo de Futebol Feminino na Cova da Piedade e estiveram presentes no lançamento do Livro “Mezinhas, Rezas e Benzeduras”, no qual alguns utentes participaram. Estiveram ainda presentes, numa Tourada, realizada em Estremoz, organizada pela União das Misericórdias Portuguesas.

Durante o ano, são ainda disponibilizados aos utentes jogos de tabuleiro, jogos tradicionais, sessões de trabalhos manuais, passeios diários e ensaios do Coro da Instituição.

A Instituição organizou ainda, a sexta Caminhada Solidária Viver +. Esta iniciativa contou com a participação de 79 pessoas, tendo sido angariados mais de 89 kg de géneros alimentares que posteriormente foram distribuídos a famílias carenciadas do Concelho.

4.6. Igreja da Misericórdia

A Igreja da Misericórdia continuou aberta todos os dias da semana, com excepção da segunda feira, de forma a ser possível a visita à mesma a todos os interessados.

A Igreja da Misericórdia continuou inserida do Roteiro que a Câmara Municipal elabora na organização de visitas à Vila.



Misericórdia

Palmela

Durante o ano de 2018, continuámos a estabelecer contactos com os serviços da Direcção Geral de Património Cultural, com o objectivo de obter apoio daquela entidade para se efectuar os projectos de arquitectura para os trabalhos de conservação e reparação necessários, ao abrigo de um Protocolo existente entre aquele organismo e a União das Misericórdias Portuguesas.

4.7. Outras Actividades

A Instituição continuou, no ano de 2018, a atribuir as Bolsas Álvaro Carvalho Cardoso, destinadas a três alunos da Escola Secundária de Palmela. Destes três alunos, dois continuam a frequentar aquela escola. A outra bolsa atribuída destina-se a um aluno que tenha ingressado no Ensino Superior, e que em caso de aproveitamento, ser-lhe-á atribuída a bolsa anualmente, até terminar o curso.



Misericórdia
Palmela

Santa Casa da Misericórdia de Palmela

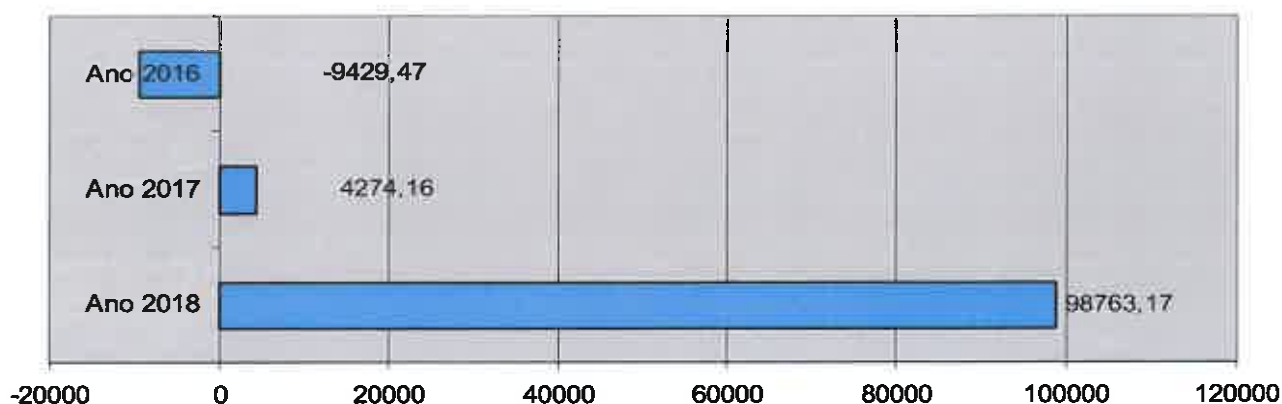
Contas de Gerência
Ano de 2018

**Misericórdia****Palmela****1 – Relato Económico e Financeiro****1.1 Enquadramento Geral da Actividade, em 2018**

A análise económica e financeira económica e financeira que se apresenta, sintetiza os resultados apresentados pela Instituição, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro de 2018.

A Santa Casa da Misericórdia de Palmela encerrou o ano apresentando um resultado líquido positivo de 98.763,17 €.

Resultado Líquido



Demonstração de Resultados Líquidos	2018	2017	2016
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e de impostos	315.943,18 €	56.763,11 €	45.737,37 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	62.691,12 €	52.533,58 €	55.228,37 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	253.252,06 €	4.229,53 €	-9.491,00 €
Resultado antes de Impostos	98.763,17 €	4.274,16 €	-9.429,47 €
Resultado Líquido do Exercício	98.763,17 €	4.274,16 €	-9.429,47 €



Misericórdia

Palmela

No ano de 2018 verificou-se a conclusão do processo que se iniciou no ano de 2005, por motivo da venda da Quinta dos Marmelinhos, que culminou com a venda em leilão do imóvel desta Instituição. Esta operação teve uma influencia muito forte no resultado liquido apurado no final do ano, como se demonstra a seguir.

A Quinta dos Marmelinhos estava escriturada na Contabilidade pelo seu valor patrimonial, no valor de 1.172,08 €. O valor de venda, por licitação no leilão, atingiu a quantia de 323.200,00 €. Isto traduziu-se pelo apuramento de uma mais valia de 322.027,92 €. No entanto, na conclusão do processo, a Santa Casa da Misericórdia foi condenada a pagar a quantia de 367.060,64 €, que se divide da seguinte forma.

Valor a Pagar ao autor do processo	200.000,00 €
Juros compensatórios e juros cíveis	154.192,55 €
Custo com Agente de execução	12.868,09 €

Dado que a Instituição tinha liquidado, em prestações, nos anos de 2013 e 2014, a quantia de 32.500,00 € e com o valor apurado em leilão com a venda do imóvel, foi ainda necessário proceder ao pagamento da quantia de 11.360,64 €, para encerramento de contas.

Dado que o peso da rubrica de Depreciações é demasiado elevado no resultado líquido dos exercícios da Instituição, manteve-se a deliberação de considerar elegível para depreciação, apenas 75% do valor dos imóveis em uso, considerando que os restantes 25% do valor do mesmo refere-se ao terreno, não sendo este objecto de depreciação, ao abrigo do n.º 3 do art.º 10º do Decreto Regulamentar 25/2009.

O resultado líquido deste ano de 2018 teve ainda o impacto negativo do aumento da estimativa relativa aos custos com férias, subsídios de férias e encargos, que são direitos adquiridos pelos trabalhadores neste ano, mas que serão liquidados apenas no próximo ano. Dado que a estimativa deverá recair sobre dois meses de salários e em 2017 foi efectuado apenas sobre 1,25 meses, foi deliberado pela Mesa Administrativa cumprir a totalidade dessa exigência, estimando os dois meses de subsídio de férias e encargos. Esta medida afectou negativamente os resultados em cerca de 47.000,00 €

Desdobrando o resultado líquido do exercício pelos quatro centros de custo existentes, as três valências da Instituição, o Lar de S. Pedro, o Centro de Dia de Aires e o Centro de Medicina Física e de Reabilitação, e uma outra rubrica denominada Receitas / Gastos Gerais da Entidade, onde são registadas receitas / despesas que não afectam de uma forma directa nenhuma valência e que incluem os custos da Igreja da Misericórdia, o resultado foi o seguinte:



Misericórdia
Palmela

Lar de S. Pedro

Demonstração de Resultados Líquidos	2018	2017
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e de impostos	-50.714,62 €	22.572,17 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	9.276,33 €	10.772,08 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-59.990,95 €	11.800,09 €
Resultado antes de Impostos	-59.990,95 €	11.800,09 €
Resultado Líquido do exercício	-59.990,95 €	11.800,09 €

Centro de Dia de Aires

Demonstração de Resultados Líquidos	2018	2017
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e de impostos	-31.304,55 €	-21.783,26 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	270,29 €	- €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-31.574,84 €	-21.783,26 €
Resultado antes de Impostos	-31.574,84 €	-21.783,26 €
Resultado Líquido do exercício	-31.574,84 €	-21.783,26 €

Centro de Medicina Física e de Reabilitação

Demonstração de Resultados Líquidos	2018	2017
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e de impostos	8.939,97 €	-1.104,19 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6.638,59 €	6.628,39 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2.301,38 €	-7.732,58 €
Resultado antes de Impostos	2.301,38 €	-7.732,58 €
Resultado Líquido do exercício	2.301,38 €	-7.732,58 €



Misericórdia
Palmela

Gastos / Receitas Gerais da Instituição

Demonstração de Resultados Líquidos	2018	2017
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e de impostos	389.022,38 €	57.078,39 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	46.505,91 €	35.133,11 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	342.516,47 €	21.945,28 €
Resultado antes de Impostos	187.673,95 €	21.989,91 €
Resultado Líquido do exercício	187.673,95 €	21.989,91 €

Relativamente aos resultados das valências importa salientar o seguinte: O resultado líquido do Lar de S. Pedro foi fortemente influenciado negativamente, pelo reforço da provisão de subsídios de férias e férias, relativos a 2018 e a pagar aos trabalhadores em 2019, bem como o reforço das equipas de apoio de Ajudantes de Lar; o resultado apurado no Centro de Dia deve-se ao facto de o número médio de utentes que frequentava a valência ter baixado, relativamente a 2017; o Centro de Medicina Física e de Reabilitação apresentou melhores resultados, fruto do aumento da facturação; na rubrica Gastos / Receitas Gerais, registou-se o impacto do processo da Quinta dos Marmelinhos.

Relativamente à rubrica de prestação de serviços das valências do Lar de S. Pedro, Centro de Dia de Aires e Centro de Medicina Física e de Reabilitação, verificamos que a evolução entre os anos de 2018 e o ano de 2017, foi a seguinte.

Prestações de Serviços – Valências

	2018	2017	Variação	%
Lar de S. Pedro	746.284,42	732.638,33	13.646,09	1,86%
Centro de Dia de Aires	32.380,32	33.254,13	-873,81	-2,63%
Centro MFR	250.260,82	209.350,50	40.910,32	19,54%
Total Prestações	1.028.925,56	975.242,96	53.682,60	5,50%

Nos valores apresentados, nas valências de Lar e Centro de Dia, não estão incluídos os montantes recebidos por meio de Acordo de Cooperação.

A valência de Lar de S. Pedro apresenta uma variação baixa por motivo de nos primeiros quatro meses do ano não ter tido a totalidade das vagas ocupadas, por motivo de ausência de lista de espera. Foi influenciada ainda por motivo das obras realizadas nos



Misericórdia

Palmela

quartos da ala de casais, que obrigou a existência de duas vagas por preencher durante a realização dos trabalhos.

A rubrica de prestação de serviços no Centro de Dia de Aires manteve-se constante relativa a 2017 pois no ano de 2018, não foi possível manter a capacidade instalada da valência preenchida, por ausência de lista de espera. Assim, de uma capacidade fixada em 20 utentes, frequentaram a valência uma média de cerca de 15 utentes.

O Centro de Medicina Física e de Reabilitação apresentou uma relevante subida na facturação, resultado do aumento da frequência de utentes e do aumento do número de horas diárias de serviço prestadas por uma fisioterapeuta.

Relativamente à rubrica Receitas / Gastos da entidade, as receitas registadas foram as seguintes:

	2018	2017	Variação	%
Quotizações dos Irmãos	4.278,02	3.570,62	707,40	19,81%
Donativos	8.372,58	9.365,35	-992,77	-10,60%
Rendimento de Imóveis	467.329,23	124.337,78	342.991,45	275,85%

Nesta rubrica, registou-se o impacto do processo da Quinta dos Marmelinhos. No entanto, há a realçar ainda o aumento registado na conta de Rendimento de Imóveis, pois tendo apenas tido efeitos no segundo semestre de 2018, os arrendamentos efectuados no imóvel da Praça da Alegria tiveram um impacto de 20%, face a 2017.

1.2 Investimentos

No ano de 2018 foi registado um incremento na rubrica de Activos Fixos Tangíveis no montante de 30.276,30 €, representado do seguinte modo:

Imobilizações Corpóreas	Saldo Inicial	Saldo Final	Variação
Terrenos e Recursos Naturais	4.122,29	2.950,21	-1.172,08



Misericórdia

Palmela

Edifícios e Outras Construções	2.386.026,23	2.386.026,23	0
Equipamento Básico	1.331.735,49	1.358.038,92	26.303,43
Equipamento Administrativo	218.529,14	220.292,63	1.763,49
Equipamento de Transporte	122.494,56	167.302,38	44.807,82

Dos Investimentos mais relevantes destacamos:

- Aquisição de três aparelhos de ar condicionado
- Aquisição de um aparelho de ondas de choque
- Aquisição de uma viatura de 9 lugares adaptada para o transporte de cadeiras de rodas
- Aquisição de uma viatura de 5 lugares
- Aquisição de sete roupeiros para o Lar
- Realização de obras de conservação nos quartos da ala de casais
- Obras de remodelação de uma instalação sanitária com duche na ala feminina do Lar de S. Pedro..

1.3 Recursos Humanos

A rubrica custos com o pessoal, no ano de 2017, teve um peso de 53,7% na estrutura de Gastos da Instituição.

	2018	2017	Varição
Custos com Pessoal	935.117,52 €	850.933,91 €	84.183,61 €
Lar de S. Pedro	726.472,84 €	671.049,68 €	55.423,16 €
Centro de Dia de Aires	49.423,69 €	45.642,65 €	3.781,04 €
Centro de M. F. R	146.989,51 €	124.632,50 €	22.357,01 €
Receitas / Gastos Entidade	12.231,48 €	9.609,08 €	2.622,40 €

Esta rubrica teve um aumento de 84.183,61 € no ano de 2018 face a 2017. Este aumento, deve-se essencialmente a:



Misericórdia

Palmela

- Aumento da Remuneração Mínima Nacional para 580,00 € mensais, medida que teve maior efeito na valência de Lar, pois este aumento implicou alterações de vencimento em grande parte dos funcionários desta valência.
- Contabilização de dois meses de estimativa relativa aos custos com férias, subsídios de férias e encargos, que teve um impacto de cerca de 47.000,00 €
- Reforço das equipas de apoio das Ajudantes de Lar.

1.4 Existência de dívidas fiscais ao Estado é à Segurança Social

A Instituição tem a sua situação fiscal regularizada perante o Estado e a Segurança Social

1.5 Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício é positivo, no montante de 98.763,17 € e propõe-se a sua transferência para resultados transitados.

2 – Balanço

Santa Casa da Misericórdia de Palmela
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte : 501417826
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1.663.449,12	1.618.245,40
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	14.1	8.480,61	6.923,84
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		1.671.929,73	1.625.169,24
Ativo corrente			
Inventários	8	12.517,81	11.150,90
Créditos a receber	14.2	95.517,37	94.309,66
Estado e outros entes públicos	14.8	8.710,96	8.028,83
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	14.4	4.621,57	5.057,65
Outros ativos correntes	14.3	76.346,60	53.572,21
Caixa e depósitos bancários	14.5	122.830,37	95.668,35



**Misericórdia
Palmela**

		320.544,68	267.787,60
Total do ativo		1.992.474,41	1.892.956,84

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO

Fundos patrimoniais

Fundos	14.6	129.528,56	129.528,56
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	14.6	330.841,23	300.094,30
Excedentes de revalorização	14.6	1.114.241,65	1.140.714,42
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		1.574.611,44	1.570.337,28
Resultado líquido do período		98.763,17	4.274,16
Total dos fundos patrimoniais		1.673.374,61	1.574.611,44

Passivo

Passivo não corrente

Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	52.248,05	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		52.248,05	0,00

Passivo corrente

Fornecedores	14.7	89.105,55	43.908,80
Estado e outros entes públicos	14.8	23.596,13	20.960,92
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	15.947,31	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	14.9	138.202,76	253.475,68
		266.851,75	318.345,40
Total do passivo		319.099,80	318.345,40

Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.992.474,41	1.892.956,84
---	--	--------------	--------------

A Direcção

O responsável

**Misericórdia****Palmela****3 – Demonstração de Resultados Líquidos**

Santa Casa da Misericórdia de Palmela

Contribuinte: 501417826

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**Moeda: **EUROS**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2.018	2.017
Vendas e serviços prestados	9	1.033.203,58	978.813,58
Subsídios, doações e legados à exploração	14.10	433.389,83	472.472,80
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	232.717,83	258.133,29
Fornecimentos e serviços externos	14.11	426.534,30	407.055,18
Gastos com o pessoal	12	935.117,52	850.933,91
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	14.12	468.026,78	135.415,76
Outros gastos	14.13	24.307,36	13.816,65
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		315.943,18	56.763,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	62.691,12	52.533,58
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		253.252,06	4.229,53
Juros e rendimentos similares obtidos	14.14	785,86	45,63
Juros e gastos similares suportados	14.14	155.274,75	1,00
Resultados antes de impostos		98.763,17	4.274,16
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		98.763,17	4.274,16



Misericórdia
Palmela

Foi o que se realizou durante o ano de 2018

A Mesa Administrativa agradece aos seus utentes, aos benfeitores, a todos os parceiros e às diversas entidades com que a Instituição se relaciona, a colaboração prestada.

Palmela, 25 de Março de 2018

A Mesa Administrativa

Provedora
Maria João Marques de Oliveira

Vice-Provedor
Ricardo Maçarico Pereira

Secretário
Evangelina Ferreira da Silva Nunes Dias

Tesoureiro
Carlos Alberto Silva Caçoete

Vogais
Artur José Santos Marques
Maria Teresa Machado Real Caldeira
Pedro Miguel Carvalho Chula



Misericórdia
Palmela

Santa Casa da Misericórdia de Palmela

Parecer do Conselho Fiscal
Ano de 2018



Misericórdia
Palmela

Parecer ao Relatório e Contas do Ano de 2018

Digníssima Assembleia Geral

Irmãos:

De acordo com o disposto no artigo 49º do Compromisso, o Conselho Fiscal emite o seu parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas de Gerência da Santa Casa da Misericórdia de Palmela, apresentadas pela Mesa Administrativa e referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Este Conselho Fiscal reuniu periodicamente para analisar os balancetes e acompanhar a vida da Instituição.

As Contas de Gerência mostraram ter sido elaboradas de acordo com a Lei e Compromisso da Instituição.

Assim, este Conselho Fiscal:

1 – Decide apresentar um voto de louvor a todos quantos com o seu labor contribuíram para as Obras de Misericórdia que a Santa Casa realizou;

2 - É de parecer que o Relatório de Actividades e Contas do exercício de 2018 sejam aprovados.

Palmela, 26 de Março de 2019

O Presidente



Fernando Manuel Ferreira Martins

Secretário



Sérgio Coelho Pavão

Relator



Manuel Costa Castanheira Garcia



Misericórdia
Palmela

Santa Casa da Misericórdia de Palmela

Certificação de Contas

Ano de 2018

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Santa Casa da Misericórdia de Palmela (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1.992.474,41 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.673.374,61 euros, incluindo um resultado líquido de 98.763,17 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela mesa administrativa de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 26 de março de 2019

RSM & ASSOCIADOS - SROC, Lda.
representada por

Miguel Luis Cortés Pinto de Melo
(ROC n.º 1070)

Joaquim Patrício da Silva
(ROC n.º 320)

Santa Casa da Misericórdia de Palmela

Anexo

31 de Dezembro de 2018

1 Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Palmela é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social, com estatutos publicados na Direcção Geral de Segurança Social sob o número 46/83, com sede em Avenida Rainha D. Leonor, 2950-208 Palmela. Tem como actividades para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- Assistência social para idosos com internamento
- Assistência social para idosos sem internamento
- Outras actividades de saúde humana
- Arrendamento de bens imobiliários

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, com a redacção actual dada pelo decreto-lei 98/2015, de 2 de Junho. No referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 20 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para

justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas

contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	3 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil,
- ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	8 anos
Equipamento biológico	4 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Outros Activos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade,

exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;

- o Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Verificaram-se os seguintes efeitos, resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

- Ao abrigo do n.º 3 do art.º 10º do Decreto Regulamentar 25/2009, considerou-se elegível para depreciação, apenas 75% do valor dos imóveis em uso, considerando que os restantes 25% do valor do mesmo refere-se ao terreno, não sendo este objecto de depreciação.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1.666,73	2.455,56				4.122,29
Edifícios e outras construções	2.384.257,29	1.768,94				2.386.026,23
Equipamento básico	1.313.431,65	18.303,84				1.331.735,49
Equipamento de transporte	122.494,56					122.494,56
Equipamento administrativo	210.781,18	7.747,96				218.529,14
Outros Ativos fixos tangíveis	17.678,76					17.678,76
Total	4.050.310,17	30.276,30	0,00	0,00	0,00	4.080.586,47
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	777.713,26	34.120,68				811.833,94
Equipamento básico	1.286.740,12	14.916,69				1.301.656,81
Equipamento de transporte	122.494,56					122.494,56
Equipamento administrativo	205.180,79	3.496,21				208.677,00
Outros Ativos fixos tangíveis	17.678,76					17.678,76
Total	2.409.807,49	52.533,58	0,00	0,00	0,00	2.462.341,07
Valor Líquido Contabilístico	1.640.502,68		22.257,28			1.618.245,40
Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	4.122,29		1.172,08			2.950,21
Edifícios e outras construções	2.386.026,23					2.386.026,23
Equipamento básico	1.331.735,49	26.303,43				1.358.038,92
Equipamento de transporte	122.494,56	81.000,00	36.192,18			167.302,38
Equipamento administrativo	218.529,14	1.763,49				220.292,63
Outros Ativos fixos tangíveis	17.678,76					17.678,76
Total	4.080.586,47	109.066,92	37.364,26	0,00	0,00	4.152.289,13
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	811.833,94	34.659,90				846.493,84
Equipamento básico	1.301.656,81	14.114,90				1.315.771,71
Equipamento de transporte	122.494,56	10.125,13	36.192,18			96.427,51
Equipamento administrativo	208.677,00	3.791,19				212.468,19
Outros Ativos fixos tangíveis	17.678,76					17.678,76
Total	2.462.341,07	62.691,12	36.192,18	0,00	0,00	2.488.840,01
Valor Líquido Contabilístico	1.618.245,40	45.203,72				1.663.449,12

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	166.824,18					166.824,18
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	166.824,18					166.824,18
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	166.824,18	0,00	0,00	0,00	0,00	166.824,18
Valor Líquido Contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2018

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	166.824,18					166.824,18
Total	166.824,18	0,00	0,00	0,00	0,00	166.824,18
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	166.824,18					166.824,18
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	166.824,18	0,00	0,00	0,00	0,00	166.824,18
Valor Líquido Contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Loações Financeiras	15.947,31	52.248,05	68.195,36	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	15.947,31	52.248,05	68.195,36	0,00	0,00	0,00

8 Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018			
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10.135,87	259.148,32	258.133,29	11.150,90	234.084,74	232.717,83	12.517,81	
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
Total	10.135,87	259.148,32	258.133,29	11.150,90	234.084,74	232.717,83	12.517,81	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				258.133,29			232.717,83	
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00	

9 Rébito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Rébitos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	757.105,96	765.892,46
Quotas e joias	3.993,52	3.570,62
Serviços Secundários	271.819,60	209.350,50
Descontos e abatimentos	284,50	0,00
Total	1.033.203,58	978.813,58

10 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2017 e 2018 não foram criadas quaisquer provisões:

Descrição	2017	Aumentos	Diminuições	2018
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

11 Imposto sobre o Rendimento

A Entidade encontra-se isenta de IRC

12 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram, respetivamente 7 e 7. Os órgãos diretivos não usufruem de quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de 82 trabalhadores e em 31/12/2017 foi de 73 trabalhadores.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	750.047,00	687.839,87
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	332,86	0,00
Encargos sobre as Remunerações	166.348,81	152.381,46
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6.502,68	6.818,69
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	11.886,17	3.893,89
Total	935.117,52	850.933,91

13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	413.669,66	413.669,66
Outros investimentos financeiros	4.540,63	2.983,86
Perdas por Imparidade Acumuladas	-409.729,68	-409.729,68
Total	8.480,61	6.923,84

14.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	95.517,37	94.309,66
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	95.517,37	94.309,66

14.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar ao pessoal		
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações		
Outros Devedores	76.346,60	53.572,21
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	76.346,60	53.572,21

14.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1.882,30	2.648,10
Rendas Antecipadas	662,00	662,00
Custo Produtos de Limpeza	2.077,27	1.747,55
Total	4.621,57	5.057,65
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

14.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	3.220,41	1.272,24
Depósitos à ordem	89.609,96	64.396,11
Depósitos a prazo	30.000,00	30.000,00
Outros		
Total	122.830,37	95.668,35

14.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	129.528,56	0,00	0,00	129.528,56
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	300.094,30	30.746,93	0,00	330.841,23
Excedentes de revalorização	1.140.714,42	0,00	26.472,77	1.114.241,65
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.570.337,28	30.746,93	26.472,77	1.574.611,44

14.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	89.105,55	43.908,80
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	89.105,55	43.908,80

14.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	8.710,96	8.028,83
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	8.710,96	8.028,83
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5.014,73	4.504,04
Segurança Social	18.581,40	16.368,88
Outros Impostos e Taxas	0,00	88,00
Total	23.596,13	20.960,92

14.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		121.643,94		74.599,29
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		2.493,22		306,98
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		14.065,60		178.569,41
Total	0,00	138.202,76	0,00	253.475,68

14.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	425.017,25	463.107,45
Subsídios de outras entidades	775,20	775,20
Doações e heranças	7.597,38	8.590,15
Legados	0,00	0,00
Total	433.389,83	472.472,80

14.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	38.725,41	39.502,71
Serviços especializados	198.637,70	180.314,00
Materiais	21.517,20	17.082,93
Energia e fluidos	73.062,85	76.555,17
Deslocações, estadas e transportes	5.423,17	5.892,53
Serviços diversos	89.167,97	87.707,84
Total	426.534,30	407.055,18

14.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	7.224,46	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	346,62	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	143,74	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	455.867,05	124.337,78
Outros rendimentos	4.444,91	11.077,98
Total	468.026,78	135.415,76

14.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	704,96	1.127,83
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	12.868,09	0,00
Outros Gastos	7.187,57	4.939,00
Custo com apoios financeiros concedidos a utentes	3.546,74	7.749,82
Total	24.307,36	13.816,65

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	155.274,75	1,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	155.274,75	1,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	785,86	45,63
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	785,86	45,63
Resultados Financeiros	-154.488,89	44,63

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

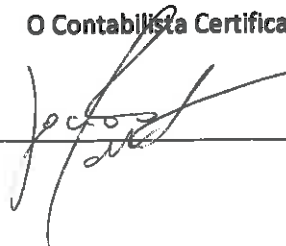
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Palmela em reunião realizada em 25 de Março de 2019

Palmela, 25 de Março de 2019

O Contabilista Certificado



A Direcção

